



## PODER

# Câmara enterra o projeto das fake news

Lira anuncia GT para debater regulação das redes. Avaliação é de que PL relatado por Orlando Silva não tem respaldo necessário

» ÁNDREA MALCHER  
» ALINE BRITO

A Câmara dos Deputados terminou de enterrar o projeto de lei (PL) que busca regulamentar as redes sociais no Brasil e combater as fake news. O presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), anunciou, ontem, que um grupo de trabalho será formado para prosseguir o debate a respeito do tema. O acerto ocorreu durante reunião dele com líderes partidários, segundo relatos ao **Correio**.

Já no Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Dias Toffoli desistiu de esperar o Congresso e decidiu liberar o julgamento de uma ação que trata da responsabilização dos provedores de redes sociais pelos conteúdos gerados por terceiros. O tema demanda a análise do artigo 19 do Marco Civil da Internet e gera pressão pela regulamentação das plataformas no país. Toffoli havia suspenso o julgamento no ano passado quando o PL das Fake News passou a tramitar no Parlamento (**leia reportagem abaixo**).

Lira sustentou não ver na decisão de Toffoli uma interferência indevida na Câmara: “O ministro Toffoli, como os ministros do STF, decide sobre matérias que estão postas lá. Uma coisa não tem nada a ver com outra”.

O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), levou o assunto para o encontro a pedido do relator do atual PL das Fake News, Orlando Silva (PCdoB-SP). Parada desde o ano passado, a matéria é considerada muito polarizada: os favoráveis, aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e os contrários, da bancada próxima a Jair Bolsonaro (PL).

“Por mais esforço e consideração que tenhamos pelo relator Orlando, não tivemos tranquilidade e apoio parlamentar para votação no plenário da Câmara”, frisou Lira. “Os líderes deixaram isso bem claro hoje (ontem), de (falta de) apoio parlamentar para votação com maioria. Quando o texto ganha uma narrativa como essa, ele simplesmente não tem apoio, e não é uma questão de governo e oposição, é uma questão individual de cada parlamentar, que se expressa de acordo com sua vontade”, comentou.

### Assuntos delicados

O presidente da Câmara avaliou que perder tempo com uma discussão que não avança “é muito pior do que reunirmos e fazermos, como sempre fizemos, com muita tranquilidade

e transparência, grupos de trabalho para assuntos delicados da Casa, que sempre têm êxito”.

O projeto ganhou nova urgência entre os governistas com a disputa de forças travada entre Elon Musk, dono da rede social X (antigo Twitter), e o ministro Alexandre de Moraes, do STF, relator do inquérito das milícias digitais. Em meio a acusações de um suposto monitoramento na internet por parte do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e de pedidos ilegais do STF ao X, Orlando Silva ensaiava entrar com um pedido de urgência na tramitação de seu projeto.

A matéria tramita no Congresso desde 2020, ano em que foi aprovada pelo Senado. Desde então, está estacionada na Câmara.

Ainda não há definição sobre quando começará o trabalho do grupo que vai formular um novo PL regulamentando as big techs, mas Lira estimou que a conclusão ocorrerá em 40 dias após a instalação do GT, a ser formado com a indicação dos nomes pelos líderes e, a partir daí, a escolha de um relator.

### Relator

Orlando Silva se manifestou em nota horas depois. Disse ter sido surpreendido com a informação da criação de um grupo de trabalho para tratar do assunto. “Tenho orgulho do trabalho feito até aqui, que contou com uma contribuição extraordinária da sociedade civil, de movimentos sociais, especialistas, do governo, de representantes de organizações internacionais e da qualificada consultoria da Casa”, afirmou.

Ele ressaltou que segue “convicto de que é urgente e inescapável a regulação de plataformas digitais para garantir a liberdade de expressão, qualificar o regime de responsabilidades para as big techs, fixar obrigações de transparência, de modo que os direitos fundamentais dos brasileiros sejam protegidos, a desinformação combatida e não continuemos assistindo perplexos a tantos crimes sendo cometidos na internet”.

O parlamentar enfatizou que o desafio é fundamental para o Brasil “e exige convicção e ação de forças políticas e sociais comprometidas com valores democráticos. A omissão pode nos cobrar um preço elevado”.

“Agradeço a tantos que contribuíram com quase quatro anos de trabalho, e saibam que sigo na mesma trincheira, e cada ataque dos bolsonaristas eu recebo como uma condecoração pela minha luta por liberdade e democracia”, finalizou.

Mário Agra/Câmara dos Deputados



Lira (C): “Por mais consideração que tenhamos pelo relator Orlando, não tivemos tranquilidade e apoio parlamentar para votação no plenário”

### Memória

#### Incerteza sobre aprovação

Em abril do ano passado, a Câmara aprovou o regime de urgência para o projeto das fake news. Com esse dispositivo previsto no regimento interno da Casa, o texto poderia ir diretamente ao plenário, sem passar antes por análise em comissões, como é o habitual. A ideia era que as regras valessem nas eleições municipais de

2024. Mesmo assim, a votação foi adiada em maio, após uma série de negociações, diante da incerteza sobre a aprovação.

Na ocasião, o atual relator, Orlando Silva (PCdoB-SP), acusou as chamadas “big techs”, grandes empresas de tecnologia, de terem sabotado as discussões, com acusações de censura. O Google, por exemplo, pôs uma mensagem contra o projeto em sua página inicial. O presidente da Casa,

Arthur Lira (PP-AL), disse que o adiamento não “enterraria o projeto”, já que a proposta não foi derrotada no voto.

O texto de Orlando cria uma série de regras para a atuação das redes sociais. Em abril de 2022, antes das eleições presidenciais, Lira já havia se empenhado para aprovar a proposta, mas o regime de urgência, naquele momento, foi derrotado por apenas oito votos.



**Agradeço a tantos que contribuíram com quase quatro anos de trabalho, e saibam que sigo na mesma trincheira, e cada ataque dos bolsonaristas eu recebo como uma condecoração pela minha luta por liberdade e democracia”**

**Orlando Silva (PCdoB-SP), deputado**

## Senado quer ouvir Musk

A Comissão de Segurança Pública do Senado aprovou, ontem, uma audiência pública para debater as acusações que surgiram a partir do Twitter Files Brazil em relação ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e ao Supremo Tribunal Federal (STF). Os senadores pretendem ouvir, por videoconferência, Elon Musk, o bilionário dono do X, que chamou o ministro Alexandre de Moraes de “ditador”.

As acusações de autoritarismo de Musk contra Moraes começaram justamente por causa da divulgação dos arquivos internos da rede social. O jornalista Michael Shellenberger revelou diversos e-mails de funcionários que reclamaram das determinações da Justiça para exclusão de conteúdos e perfis de investigados por disseminação de fake news.

Neste fim de semana, Musk se baseou nas acusações dos

e-mails para ameaçar descumprir decisões do STF e afirmar que Moraes deveria “renunciar ou sofrer um impeachment”.

Com base nos e-mails, Shellenberger acusou o ministro e o TSE de exigir dados pessoais de usuários específicos, violar a política da plataforma, censurar unilateralmente publicações de parlamentares brasileiros e tentar moderar de forma autoritária conteúdos dos apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

## Toffoli vai liberar processo sobre plataformas

Rosinei Coutinho/SCO/STF



Toffoli tomou a decisão por falta de solução no Congresso para o tema

» RENATO SOUZA

Em uma atitude que pressiona o Congresso para aprovar proposta que regule as redes sociais, o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), informou que vai liberar para julgamento uma ação que trata da responsabilização dos provedores pelos conteúdos gerados por terceiros.

O tema exige análise do artigo 19 do Marco Civil da Internet. O trecho avalia que a

responsabilidade das big techs só ocorre em caso de descumprimento de ordem judicial. Mas o Supremo pode derrubar o texto do dispositivo. De acordo com Toffoli, o processo deve ser disponibilizado até junho.

O magistrado tinha suspenso o julgamento do caso no ano passado, quando o Congresso começou a analisar o PL das Fake News, que visa combater a disseminação de informações falsas e prevê a responsabilização das empresas sobre os conteúdos.

A intenção era que o Parlamento decidisse sobre o tema, tirando, assim, a responsabilidade do Judiciário em definir regras para o setor. No entanto, em comunicado ontem, Toffoli ressaltou que o Congresso não votou o PL das Fake News.

Com isso, retorna a necessidade de que o Supremo se debruce sobre o tema, a fim de criar padrões mínimos para responsabilização dos provedores. Ele afirmou que faltam alguns ajustes no voto, e que, após as

alterações, vai encaminhar para ser pautado.

A decisão de Toffoli ocorre em um momento em que o empresário Elon Musk, dono do X (antigo Twitter), lança ataques contra o Supremo. Ele acusou o ministro Alexandre de Moraes de interferir na eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de atuar para censurar opositores, por meio de decisões judiciais. Musk prometeu publicar as determinações na rede social, mas até agora não cumpriu o que disse.